



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9693

Presidente da Mesa Diretora: Cláudio Ribeiro Prates

Espécie: Veto

Categoria: Mantidos, aprovados

Autoria: Executivo Municipal

Data: 22/01/2019

Descrição Sumária: VETO AO PROJETO DE LEI Nº 99/2018. (MANTIDO). Institui o Fundo Especial de Natureza Contábil da Câmara Municipal de Montes Claros – FENC, com a finalidade específica de aquisição de bem imóvel e ou construção de sua sede própria, e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 01

Posição: 47

Número de folhas: 07

Especie: veto
Categoria: mantidos
CX: 01
Ordem: 47
Nº fls: 05



29.01.2019

29.01.2019

Câmara Municipal de Montes Claros

VETO INTEGRAL

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Veto do Executivo Municipal ao Projeto de Lei nº 99/2018, Que
Institui o Fundo Especial de Natureza Contábil na Câmara
Municipal de Montes Claros – MG – FENC, e Contém Outras
Providências.

MOVIMENTO

- 1 -
- 2 - Entrada em 22/01/2019
- 3 - Comissão Especial.
- 4 - VETO DO PARANÁ EM 29.01.2019
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Montes Claros (MG), 26 de dezembro de 2018

Exmo. Sr.

Vereador Cláudio Ribeiro Prates

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP-_____/2018

Assunto: Veto integral ao Projeto de Lei n.º 99/2018

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento, no dia 04 de dezembro de 2018, do Projeto de Lei nº 99/2018, que **"INSTITUI O FUNDO ESPECIAL DE NATUREZA CONTÁBIL NA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS-MG - FENC, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**, oriundo dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 54, parágrafo 1º e de conformidade com o disposto no inciso IV, do artigo 71, ambos da Lei Orgânica Municipal e artigo 66, §1º, da Constituição da República, VETEI-O integralmente, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

RAZÕES E JUSTIFICATIVAS DO VETO JURÍDICO

O Projeto de Lei nº 99/2018, de iniciativa desta Augusta Casa, merece ser integralmente vetado. Não obstante possam ser louváveis os princípios que nortearam a elaboração do referido Projeto, é de se reconhecer que o mesmo é materialmente ilegal e inconstitucional, pois atenta contra os princípios orçamentários e da própria Constituição da República.

O Projeto de Lei a que refere-se o presente Veto dispõe no inciso I, de seu artigo 4º, que os recursos provenientes das economias resultantes dos repasses constitucionais de cada exercício financeiro passarão a integrar um Fundo Especial, instituído pelo art. 1º, do referido Projeto.

Contudo, a possibilidade de retenção pelo Poder Legislativo do saldo dos recursos financeiros recebidos a título de duodécimos é considerada ilegal e mesmo inconstitucional.

Isto porque existe obrigatoriedade de que o Poder Legislativo devolva, no encerramento do exercício financeiro, o saldo final dos recursos financeiros não utilizados.

Nesse sentido, pela estrutura orçamentária prevista na lei

mf

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECD.
27/12/2018	
HORAS: 17h05	
ASS: KSK-Baldeira	



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

4320/64, bem como pela Lei Complementar 101/2001, e na própria Constituição da República, embora o Poder Legislativo detenha autonomia e possa gerir os recursos financeiros que lhe são garantidos e repassados mensalmente, a Câmara de Vereadores é unidade orçamentária ou unidade gestora do orçamento da administração pública municipal.

De tal forma, os recursos financeiros repassados mensalmente à Câmara de Vereadores não devem ser tratados como transferências, mas sim como repasses financeiros registrados no sistema financeiro como *repasses concedidos* pelo Tesouro Municipal e, em contrapartida, como *repasses recebidos* pela Câmara de Vereadores.

Assim, na hipótese de a câmara municipal não utilizar a integralidade dos recursos que lhe foram repassados pelo Poder Executivo e não os devolver ao final do exercício, poderá o Poder Executivo promover, no exercício corrente, a compensação entre o valor da sobra de caixa não devolvida pelo Legislativo e o valor que deveria ter sido repassado pelo Poder Executivo, a título de duodécimo, no exercício anterior.

Pelo exposto, note-se que a solução encontrada pelo Poder Legislativo Municipal, ao aprovar o presente projeto vetado, pode implicar, por via transversa, em repasse a maior ao Poder Legislativo, atraindo as iras do artigo 29-A, parágrafo 2º, inciso I, da Constituição da República, o que obrigaria o Poder Executivo a compensar no exercício seguinte o valor retido e não devolvido.

De tal modo, mesmo entendendo a relevância do Projeto para implementação das importantíssimas funções do Poder Legislativo, outra solução não resta, ante a evidente inconstitucionalidade do projeto de Lei nº 99/2018, senão apresentar o presente VETO.

Estas, Senhor Presidente, são as razões que levaram-me a vetar o projeto de lei em comento, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Nobres Edis desta Casa Legislativa.

Sendo o que se apresenta ao momento, reafirmo na oportunidade protestos de distinta consideração e apreço.


Humberto Guimarães Souto
Prefeito de Montes Claros

CÂMARA MUNICIPAL DE MENTES CLARAS
A COMISSÃO = ESPECIAL
EM 22 DE ABRIL DE 2019
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI nº 99/2018, QUE “INSTITUI O FUNDO ESPECIAL DE NATUREZA CONTÁBIL NA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS/MG, FENC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, de autoria do Executivo.

Veto enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG para análise.

Tanto o projeto de lei votado quanto o veto, apresentam sustentáculo jurídico para sua manutenção, o que torna a situação uma questão interpretativa e meritória a ser decidida pelo plenário, fugindo, portanto, da alçada desta assessoria.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 23 de janeiro de 2019.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO ESPECIAL

PARECER

Veto Total ao PROJETO DE LEI Nº 99/2018, que “Institui o Fundo Especial de natureza contábil da Câmara Municipal de Montes Claros – MG – FENC.”

I- RELATÓRIO

O Prefeito, usando da faculdade que lhe confere o artigo art. 54, §1º combinado com o artigo 71, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, vetou integralmente o Projeto de Lei Nº 99/2018, que “Institui o Fundo Especial de natureza contábil da Câmara Municipal de Montes Claros – MG – FENC.”, .

O veto foi encaminhado para exame desta Casa, que por força do despacho do seu Presidente e em cumprimento ao disposto no artigo 80, inciso I do Regimento Interno, foi enviado à Comissão Especial, nomeada pela Portaria 19/2019 constituída pelos vereadores Aldair Fagundes Brito, Daniel Dias da Silva e Delcinéia Santos Silva, para, nesta oportunidade, manifestar sobre o veto à matéria aprovada por este Legislativo.

II- FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei, ora vetado, trata de criação do Fundo Especial de natureza contábil da Câmara Municipal de Montes Claros – FENC, com a finalidade específica de construir a sede do Poder Legislativo, com fundamento nos arts. 167, IX da Constituição Federal e 71 da Lei 4.320/64.

Não obstante, reconhecer a relevância da matéria, o Executivo Municipal após veto total ao referido projeto de lei, alegando que a proposição contraria princípios orçamentários, já que os recursos repassados e não aplicados pelo Poder Legislativo deverão ser devolvidos ao Poder Executivo no término de cada exercício financeiro, e, que, na hipótese, de retenção de sobra



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO ESPECIAL

de recurso pela Câmara Municipal, será obrigatoriamente compensado no duodécimo do ano seguinte, em atenção ao art. 29 - A da Constituição Federal.

Isso posto, a Comissão Especial, após análise das argumentações do veto, entendeu que, como a matéria é ainda uma novidade para o ordenamento jurídico e o objeto do projeto de lei não ser mais necessário, neste ano, para a construção da nova etapa da Câmara Municipal decidiu em manter o veto.

III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela **MANUTENÇÃO** do veto ao Projeto de Lei Nº 99/2018, que “Institui o Fundo Especial de natureza contábil da Câmara Municipal de Montes Claros – MG – FENC.

Sala das Comissões, 25 janeiro de 2019.

Comissão Especial

Presidente “ad hoc” - Ver. Aldair Fagundes Brito

Membro – Ver. Daniel Dias da Silva

Membro – Ver. Delcinéia Santos Silva